O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

RECESSÃO E CLIMA AFETAM MERCADO DE TERRAS

AS DUAS votações da PEC nº 241 – que limita os gastos do Governo – na Câmara mostram que há uma tendência firme de ajuste fiscal. Mesmo os novos conflitos entre os três Poderes – criados com a prisão dos agentes do Congresso e as reações do senador Renan Calheiros – não devem atrapalhar a aprovação da PEC no Senado. Já as reformas previdenciárias e trabalhistas estão em fase final de discussão para envio ao Congresso. Esses fatos trazem de volta a confiança para que os empresários voltem a investir. Com isso, a economia se recupera. A recuperação será lenta, mas a ***Agroanalysis*** acredita que o Brasil crescerá mais do que hoje se prevê para 2017 e 2018.

O teto de gastos previsto na PEC nº 241 precisa ser corretamente entendido. Os investimentos não serão engessados, nem haverá redução dos gastos com saúde e educação. O Governo e o Congresso terão de segurar gastos em outras áreas. A PEC obrigará esta direção. Trata-se de um aspecto psicológico forte. Com a economia crescendo, a duração de sua validade e o teto serão revistos, não temos dúvidas. Mas, neste momento, sem uma medida como essa, a dívida pública iria para níveis que gerariam enorme preocupação aos empresários.

Fatos: o dólar despenca; os juros caem (ainda que de maneira parcimoniosa); e a inflação até poderá ficar dentro da meta em 2017. Os próximos leilões de concessão (rodovias, aeroportos etc.) também irão mostrar que a economia está sendo destravada. A geração de empregos depende muito dos leilões de infraestrutura.

Externamente, as notícias revelam uma conjuntura que combina, de um lado, bancos com balanços deteriorados e, de outro, economias com taxas de juros muito baixas (algumas até negativas) e fraca demanda por crédito. Os resultados desse arranjo são a menor rentabilidade das operações dessas instituições financeiras e, portanto, a contração do seu valor de mercado. Certamente, ainda está na memória dos cidadãos o estrago provocado pelos bancos fragilizados na economia, tal qual em 2008. Embora os problemas na Zona do Euro, por enquanto, estejam longe de ter a dimensão daqueles ocorridos nos Estados Unidos, tanto a economia brasileira quanto o universo agro devem se manter atentos a essa turbulência.

O mercado nacional de terras tem sua liquidez conectada com os acontecimentos na economia e a situação do setor agropecuário. Apesar de o clima ser de cautela por parte de vendedores e compradores, a desvalorização nas glebas é rara e pontual. O comportamento mais comum apurado nos levantamentos realizados é de preços estáveis, desde novembro de 2015. O quadro é mais grave na região Nordeste do País, no norte de Minas Gerais e no Espírito Santo. Este foi o terceiro ano consecutivo de seca. A produtividade nas lavouras de grãos caiu. Nas áreas de pastagens, a situação também é negativa.

Evidentemente, anos seguidos de problemas climáticos afetam a procura por terras para compra ou arrendamentos. Nas regiões mais afetadas, como o MAPITOBA (Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia), muitos empreendimentos tiveram seus planos de negócios alterados. Com o fluxo de caixa apertado, a tomada de decisão levou às atitudes drásticas de cortes e adiamentos nos investimentos. O momento é de expectativa. Um aumento gradual

dos negócios com terras virá à medida que a retomada da economia brasileira começar a acontecer. Isso certamente mudará a visão dos investidores. Outro ponto importante é a queda da Selic, que deverá ocorrer em 2017, o que reduz a tendência de investir no mercado financeiro.

Estudos da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) revelam dados interessantes sobre perdas na produção da agricultura. É o caso dos fatores climáticos e dos impactos negativos dos fenômenos naturais extremos, como inundações, cujos resultados levam a quebras de colheitas. Pode não ser possível evitar a ocorrência desses eventos, mas o seu efeito desastroso é passível de redução por meio do planejamento adequado e de uma preparação eficaz. A vulnerabilidade associada aos seus riscos pode ser controlada, em certa medida, pela previsão destes fenômenos e por medidas para reduzir seus impactos na agricultura.

Também, a FAO aponta que cerca de um terço dos alimentos produzidos no mundo é desperdiçado nas diversas etapas das cadeias de suprimentos. O desenvolvimento e a aplicação de tecnologias na etapa de pós-colheita são fundamentais para que esse cenário seja mitigado. As etapas de manuseio e transporte representam a metade do total dessas perdas, de acordo com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Fatores que influenciam nestas perdas são, por exemplo, a carência de investimentos em infraestrutura e o uso de tecnologias e processos pós-colheita inadequados.

Para finalizar, temos o Caderno Especial sobre pecuária de corte, em sua nona edição na ***Agroanalysis***. Nos últimos tempos, contamos com o apoio e as sugestões do Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável (GTPS), responsável por iniciativas louváveis no setor. Os textos exploram assuntos interessantes e variados. No começo, traçamos uma rápida visão da situação enfrentada pela criação com a recessão da economia brasileira. ■

